



**Cenas da enunciação em textos jornalísticos: o caso da “ditabranda” na
*Folha de S. Paulo***

Jarbas Vargas Nascimento (PUCSP)
Márcio Rogério de Oliveira Cano (PUCSP / CNPQ)

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo mostrar de que forma a cenografia torna-se uma estratégia de argumentação e envolvimento do leitor em textos jornalísticos. Insere-se nos estudos referentes à Análise do Discurso e busca nas obras de Maingueneau (1997, 2008) os processos metodológicos para a análise das cenas de enunciação. Focalizou-se o gênero carta do leitor e detectou-se que a cena genérica foi deixada de lado e se sobressaiu uma cenografia de debate político. Ao trazer uma cenografia de debate político, foram selecionados trechos das cartas do leitor que pudessem trazer para o debate, cenas validadas socialmente e que pudessem contribuir com a linha de pensamento da empresa jornalística.

Palavras-chave: cenografia; discurso jornalístico; enunciação.

Introdução

Os estudos da *Análise do Discurso* de linha francesa (doravante AD) têm buscado em suas várias metodologias trazer à tona as regularidades e os mecanismos por meio dos quais se produzem e se interpretam a fala (escrita ou oral) em situações de comunicação. Além de ser um campo fértil de desenvolvimento teórico, embora muitos a considerem apenas uma metodologia de análise, seus métodos têm proporcionado à sociedade o desvelamento de uma série de relações hegemônicas não aparentes nas manifestações comunicativas, mas possíveis de se apreender na dimensão discursiva. A verdade aparente trazida pelos textos com os quais os sujeitos têm contato tem sido mostrada, em uma dimensão discursiva, como um quadro de crenças e valores que, por meio de estratégias linguístico-discursivas, se valida como verdade.

É do interior desse pressuposto que emergem nossos estudos e que tem, neste trabalho, um exemplo de como isso ocorre. Nossas pesquisas têm sido compostas por análises de textos jornalísticos e suas estratégias de envolvimento do leitor, para isso elegemos categorias da AD que nos possibilitem mostrar de que forma o leitor é trazido para um quadro de referências construído pelos próprios meios de comunicação. Especificamente neste texto, mostraremos de que forma as cenas de enunciação constroem e são construídas de forma a envolver o leitor a compactuar com as idéias veiculadas nos jornais, mais especificamente, a Folha de S. Paulo (*FSP*).

Propomos analisar, por meio das categorias de cena englobante, cena genérica, cenografia e cena validada o caso da “ditabranda”. Trata-se de um neologismo veiculado no editorial da *FSP*, em 17 de fevereiro de 2009,¹ em que, ao analisar as atitudes do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, em relação ao plebiscito que possibilitaria a sua reeleição, ele estaria destruindo as instituições democráticas paulatinamente, de forma idêntica às ditaduras pesadas, como a de Fujimore no Peru, ao contrário das ditaduras “leves”:

Mas, se as chamadas “ditabrandas” –caso do Brasil entre 1964 e 1985– partiam de uma ruptura institucional e depois preservavam ou implantavam formas controladas de disputa política e acesso à justiça –, o novo autoritarismo latino-americano, inaugurado por Fujimore no Peru, faz o caminho inverso. (Folha de S. Paulo, 17/02/2009)

O texto causou estranhamento ao tratar dessa forma a ditadura brasileira e, no dia seguinte, teve publicada uma carta do leitor como resposta criticando e se dizendo indignado com a designação dada a esse período ditatorial², que foi respondida na sequência por nota da redação que dizia: “Na comparação com outros regimes instalados na região no período, a ditadura brasileira apresentou níveis baixos de violência política e institucional” (Folha de S. Paulo, 19/02/2009). Tal reiteração gerou revolta em vários setores da sociedade e foi tema da própria *FSP* por mais de um mês. Nesse momento, o jornal utilizou o *Painel do Leitor* para instalar e coordenar a polêmica por meio de um debate que é, justamente, onde entra a nossa análise. Mostraremos de que forma a *FSP* utilizou a cenografia como estratégia de envolvimento para veicular as opiniões da própria empresa acerca da ditadura brasileira.

1. Cenas enunciativas

Nosso trabalho busca elementos que possam remeter às cenas de enunciação e, a partir daí, construir a rede de sentidos possíveis. Torna-se fato, então, estarmos inseridos nas teorias da enunciação, portanto precisamos entendê-las. Primeiramente, cena de enunciação não se confunde com situação de comunicação. A cena de enunciação é apreendida no interior do enunciado e possibilitada pela referenciação poderosa dos dêiticos. São eles os responsáveis pela construção espaço-temporal e pessoal legitimada pelos enunciados. Nesse contexto, a situação comunicativa pode ser descrita em termos concreto como quem escreveu o texto, onde e quando, do ponto de vista do ser biológico responsável e das datas e locais de escrituras. No entanto, não precisa coincidir necessariamente com os co-enunciadores e o espaço e o tempo do enunciado.

Esse posicionamento é defendido por Maingueneau (2006, p. 250), que completa:

A situação de enunciação não é uma situação de comunicação socialmente descritível, mas o sistema no qual se definem as três posições fundamentais do enunciador, do co-enunciador e da não pessoa. Como se sabe, está na base da identificação dos dêiticos espaciais e temporais, cuja referência é constituída em relação ao ato de enunciação

Portanto, cabe-nos voltarmos nossos olhares para a enunciação e o enunciado e não para uma descrição meramente mecânica da situação comunicativa. Ainda, para o autor:

¹ Vide anexo 1

² Vide anexo 2

(...) ao partir da *situação comunicativa*, considera-se o processo de comunicação, de certo modo, “do exterior”, de um ponto de vista sociológico. Em contrapartida, quando se fala de *cena de enunciação*, considera-se esse processo “do interior”, mediante a situação que a fala pretende definir, o quadro que ela mostra (no sentido pragmático) no próprio movimento em que se desenrola. Um texto é na verdade o rastro de um discurso em que a fala é *encenada* (2006, p. 250).

Para entender essa encenação, recorreremos à distinção de três cenas:

- A *cena englobante* é equivalente ao tipo de discurso. Para Maingueneau (2005), não é fácil categorizar o tipo de discurso, mas podemos partir de sua definição por meio de sua função social. As funções sociais estão ligadas aos setores da sociedade em que circulam as falas, por exemplo: discurso político, discurso literário, discurso publicitário e assim por diante. Os indivíduos, ao tomarem contato com um texto, devem ser capazes de se situar dentro de um desses discursos, chamados, então, de cenas englobantes. Assim, teríamos para uma notícia a cena englobante que é o discurso jornalístico. Entretanto, tanto para os co-enunciadores como para os analistas do discurso, tal cena não diz muito, pois é na cena genérica que os co-enunciadores conseguirão assumir de fato os seus papéis.

- a *cena genérica* equivale aos vários gêneros do discurso com os quais nos defrontamos. São os gêneros que determinam os rituais, os papéis sociais que cada co-enunciador deve assumir, lugares e tempos que podem ser usados, como lê-los etc. Trata-se de um dispositivo de comunicação possível de atualizar as interações por meio de um arsenal de gêneros já existentes e conhecidos dos indivíduos. Isso possibilita tanto a manutenção das relações sociais quanto a economia no tempo da interação pela recorrência de modelos pré-estabelecidos, não havendo necessidade de se criar um gênero a cada situação comunicativa iniciada. Para Maingueneau (2008) cada gênero ou subgênero de discurso define o papel de seus participantes: num panfleto de campanha eleitoral, teremos um “candidato” dirigindo-se a eleitores, num curso, teremos um professor dirigindo-se a alunos etc. Ao tratar da cena genérica epistolar, Maingueneau (2008, p.116) diz que faz intervirem propriedades em dois níveis:

(...) no nível do gênero e no nível do subgênero, especificados em função da cena englobante (a correspondência administrativa não pertence a mesma cena genérica que a correspondência privada ou publicitária). Porém, no interior da correspondência privada, se a análise o exigir, podem-se operar subdivisões segundo a visada pragmática (carta de amor, carta de pêsames, carta de votos etc) e segundo o suporte (correspondência em papel, eletrônica etc). Os gêneros e os subgêneros só podem ser considerados como tais do ponto de vista por intermédio do qual se constroi a classificação: do ponto de vista do gênero epistolar, a carta de amor é um subgênero, mas ela é também um dos gêneros da expressão dos sentimentos amorosos.

No entanto, recorrentemente, não é por meio da cena englobante nem da cena genérica que os co-enunciadores interagem, mas por meio de uma cenografia.

-a *cenografia*, geralmente, coloca em segundo plano a cena genérica e faz com que o leitor seja enlaçado por outra cena. Para exemplificar, muitas vezes, ao lermos uma notícia sobre política, a cena genérica “notícia” é colocada em segundo plano e somos enlaçados por uma “denúncia” que nos coloca num papel diferente do leitor de uma notícia e o enunciador, de jornalista passa a ser o denunciador. Isso desata uma rede de compreensão textual bem diferente daquela comum à notícia. É a própria cenografia que legitima a sua existência como

enunciado. É na sua progressão que o enunciando vai se legitimando na medida em que aciona um dispositivo de fala e, retroativamente, se valida.

Em toda cena de enunciação, os enunciados recorrem ao que Maingueneau chama de *cena validada*, o que dá *status* de existência a eles. Para o autor, as cenografias apóiam-se em cenas validadas, pois já estão instaladas na memória coletiva. São cenas estereotipadas com as quais os leitores têm contato e que não precisam ser explicadas.

2. A carta do leitor e a cenografia de debate político

Nesse quadro teórico, precisamos explicar como funciona o dispositivo de comunicação “carta do leitor”. Se pensarmos do ponto de vista do gênero epistolar, podemos entendê-la como um subgênero. Todavia, não nos traria elementos eficientes para a análise, pensar que a carta do leitor tem como co-enunciadores alguém que precisa dizer algo para outro por meio de uma carta, respeitando a sua estrutura textual canônica. Isso seria reduzir nossa análise.

Resolver a conceituação da carta do leitor não é algo simples, pois ela ganha contornos particulares dependendo do veículo em que circula. De acordo com a definição de gênero de Maingueneau (2008), poderíamos dizer que, por meio de uma visada pragmática, a carta do leitor pertence ao discurso da imprensa e é um subgênero jornalístico, cujas funções são bem específicas e diferentes de outros tipos de carta. Por outro lado, a carta do leitor pode ganhar uma série de feições diferentes que dificultam ainda mais a sua categorização. Segundo Silva (1991 apud Bezerra 2002), são diversas as intenções e as formas como as cartas dos leitores se manifestam. Podem ser uma carta pedido, uma carta resposta, uma carta pessoal, carta ao editor, uma carta aberta, entre outras. O que elas teriam em comum, em sua estrutura comunicativa, seriam o conteúdo a ser informado, um destinatário e um emissor.

Bezerra (2002) ainda defende que esse tipo de carta seria um texto utilizado em situação de ausência de contato imediato entre remetente e destinatário, que não se conhecem, atendendo a diversos propósitos comunicativos: opinar, agradecer, reclamar, solicitar, elogiar, criticar, entre outros. É um gênero de domínio público, de caráter aberto, com o objetivo de divulgar o seu conteúdo, possibilitando, assim, ao público, em geral, a sua leitura.

Não vamos nos preocupar, aqui, em buscar outras definições para esse gênero e nem optar por uma ou outra definição colocada acima, pois não seria de grande utilidade para os nossos objetivos, tendo em vista que a carta do leitor ganha feição diferenciada em nosso *corpus* de análise. Interessa-nos, sim, compreender a carta do leitor como cena genérica jogada a segundo plano por meio de uma cenografia de debate político, situação ocorrida na *FSP*. Levaremos em conta o *Painel do leitor* publicado nos dias 20/02/2009 e 21/02/2009³. Maingueneau (2008) já havia apresentado, em seus estudos, que o gênero debate político se utiliza da cenografia de carta privada, ao analisar as dez primeiras Provinciais de Pascal e “Carta a todos os franceses”, de François Mitterrand. Aqui, percebemos o caminho inverso, a utilização de cartas do leitor dentro de uma cenografia de debate, no nosso caso, político.

Primeiramente, levemos em conta dois elementos que se prestam a fornecer uma coerência global dos textos. As cartas são publicadas em uma sessão chamada *Painel do leitor*. O uso dessa expressão serve como elemento que une todas as cartas publicadas no dia como constituintes dos assuntos que os leitores querem rever, frisar, criticar, apoiar, esclarecer. O segundo elemento mais incisivo ainda em relação à coerência é o título sob o qual se agregam as cartas. Temos então uma temática comum a uma porção de cartas, fazendo

³ Vide, respectivamente, anexo 3 e 4

com que seja o elemento chave de sua coerência global. Para o leitor, é esse elemento que direciona a sua compreensão textual.

Esses dois elementos nos dão os primeiros indícios de um debate político. Primeiro, logo abaixo do nome da seção, *Painel do leitor*, encontra-se a seguinte observação:

O “Painel do leitor” recebe colaborações por e-mail, faz (0/xx/11/3223-1644) e correio (Al. Barão de Limeira, 425, 4.º andar, São Paulo-SP, CEP 01202-900). As mensagens devem ser concisas e conter nome completo, endereço e telefone. A folha se reserva no direito de publicar trechos.

Então, trata-se de um painel dos trechos que a *FSP* julga importante divulgar, ou seja, diante de um assunto são retirados trechos de cartas que, no olhar do jornal, mereciam ser publicados, mas que só o serão diante do clivo do editor do mesmo jornal. Isso nos remete aos debates públicos televisivos em que o programa, por meio do mediador (quase sempre também um jornalista) determina o tema a ser falado, o tempo e o contexto dessa fala. Aqui, o espaço dado às pessoas que querem falar está no jornal impresso que, ao mesmo tempo, se constitui como espaço “democrático” e como o coordenador do debate. As críticas e elogios vindos à *FSP* são mediados pela própria *FSP*. Teríamos, num primeiro momento, um co-enunciador, o escritor da carta, um segundo co-enunciador que é o Jornal, que se constitui como a figura de mediador que atua no conteúdo da carta escrita pelo primeiro co-enunciador, o escritor, porque é ele que seleciona o trecho a ser publicado.

Como segundo elemento de coerência global temos o título ao qual se agregam várias cartas sobre o mesmo assunto. No nosso caso, o título que reúne as cartas em torno de um tema comum –portanto estabelecendo uma coerência global- é “ditadura”. A presença de um tema é comum em debates políticos, pois é por meio desses temas que as pessoas organizarão suas falas. No entanto, vale salientar que, mesmo considerando que a carta foi escrita por um leitor, é a *FSP* que organiza a fala desse leitor, dando a si própria o direito de publicar trechos; logo, trechos que passem pelo clivo dos seus interesses e que atendam à temática comum. Esses elementos são constitutivos da cenografia de debate político, mesmo que aqui haja uma inversão na manipulação do teor das cartas.

Outro índice comum de um debate político é a presença daquilo que Maingueneau (2005) chama de *terceiro invisível*. Existem gêneros em que, apesar da presença de um *eu* e de um *tu*, no eixo dessa interlocução há um espectador que acaba interferindo na construção do enunciado, pois também é previsto como ouvinte/leitor. Um bom exemplo são as entrevistas em redes televisivas onde os co-enunciadores, entrevistador e entrevistado, que ocupam alternadamente o lugar de *eu* e *tu* e, no entanto, constroem o enunciado de acordo com o que querem passar ao telespectador. Esse tipo de elemento determinante no discurso é comum aos gêneros que se remoldaram ou surgiram por meio de um avanço tecnológico. Cada vez mais, vemos a sua exploração com vistas ao entretenimento, informação, educação etc.

No *Painel do Leitor* fica clara a existência desse terceiro invisível, pois há o leitor que acompanhará o desenrolar de temas polêmicos, tendo contato com posições contra e a favor de tais temas, como o caso da “ditabranda”. Nos três painéis usados para a análise, percebemos que há um equilíbrio aparente entre a seleção de textos que são favoráveis ao uso do neologismo e outros que são contra. Mas de que forma esse terceiro invisível interfere na construção dessa cenografia? Acompanhemos a sua construção, em uma perspectiva comunicativa. Primeiramente, ao tomar contato com algo que deixa um leitor indignado, ele decide expor suas angústias por meio de uma carta à redação jornalística. Entretanto, ele sabe que essa carta poderá ser publicada na seção de cartas do leitor e, por isso, pensa não só no redator como leitor de sua carta, mas também os leitores do jornal. Nesse sentido, constroi o

texto já tendo como referência tais co-enunciadores. Assim como esse leitor, outros também enviam suas cartas pelo mesmo processo. Cabe à redação jornalística selecionar, por meio do clivo do seu interesse, as cartas e os trechos que melhor se adequam e organizá-las sob um tema a ser debatido de forma que possa suscitar construções de sentidos que levem o terceiro invisível a ser envolvido pelas intenções veiculadas pelo jornal. Ou seja, é ele o fim último da construção desse enunciado, por meio da cenografia de debate político.

No anexo 1, podemos entender melhor esse funcionamento. Sob o tema “Ditadura” foram publicados trechos de cinco cartas, sendo quatro contra o uso do termo “ditabranda” e apenas um a favor. As duas primeiras cartas são de leitores considerados anônimos, ou seja, sem nenhum qualificativo que os designem como alguém além de leitores do jornal. A terceira carta é assinada por um “Capitão-de-mar-e-guerra reformado” que se posiciona a favor, e as duas últimas, na sequência, assinadas por uma professora da Faculdade de Educação da USP e por um professor universitário aposentado e advogado. Podemos então, detectar que, ao apresentar duas cartas contra a atitude da *FSP*, essa carga negativa é amenizada por uma carta a favor, porém, logo depois, aparecem duas cartas contra com nomes de pessoas de destaque que poderiam deixar um rastro negativo na imagem do jornal. No entanto, pensando nesse terceiro invisível, a *FSP* fecha com uma nota da redação que diz:

A Folha respeita a opinião de leitores que discordam da qualificação aplicada em editorial ao regime militar brasileiro e publica algumas dessas manifestações acima. Quanto aos professores Comparato e Benevides, figuras públicas que até hoje não expressaram repúdio a ditaduras de esquerda, como aquela ainda vigente em Cuba, sua “indignação” é obviamente cínica e mentirosa (*FSP*, 20/02/2009)

Ora, esse desfecho do debate feito pela própria mediadora e acusada refaz, para o leitor, a leitura das duas últimas cartas, colocando-as, estrategicamente, como recursos a favor da posição do jornal. Isso porque, desqualificando o debatedor, automaticamente, o argumento está desqualificado. A *FSP* mobiliza os recursos discursivos oferecidos em uma cenografia de debate político de acordo com os seus interesses movido pela leitura desse terceiro invisível.

Nesse processo, lembramos o que mencionamos acima: é na construção da própria cenografia que o enunciado vai se legitimando em processo de desenvolvimento e retroativo.

3. As cenas validadas

Para que a cenografia seja, por fim, legitimada, há a necessidade de se apoiar em cenas que são validadas socialmente. Validada não quer dizer cenas positivas ou negativas, mas estereótipos que são comuns à maioria das pessoas na crença popular. São esses estereótipos que os enunciados vêm confirmar. Para Lippmann (1973: p. 149) *não vemos primeiro para depois definirmos, mas primeiro definimos para depois vermos*. Isso implica dizer que temos já estereotipadas as cenas em nossa memória e, ao tomarmos contato com as várias experiências da vida, encaixamos tais experiências em cena já validadas por nós. Na construção da cenografia, essas cenas servem também para legitimá-la. Para completar, Maingueneau (2005: p. 92) explica que *as cenografias podem se utilizar de cenas já instaladas na memória coletiva, seja a título de modelos que se rejeitam ou de modelos que se valorizam* Vejamos as duas cartas abaixo:

1. “Há anos a linha da Folha tem sido crítica às ditaduras, especialmente à nossa. Fiquei na dúvida se o termo ‘ditabranda’ (editorial ‘Limites a Chávez’,

17/02) foi ato falho ou se é mesmo defesa do regime que foi de Castelo a Figueiredo.

Nossos torturadores justificavam a nossa ditadura acusando a dos outros.” Joel Rufino dos Santos (Rio de Janeiro, RJ) (*FSP* 21/02/2009)

2. “Em relação à ‘Nota da Redação’ em resposta às cartas do Senhor Comparato e da Senhora Benevides, advirto a Folha de que, apesar de correta, a referida nota despertará a fúria da militância esquerdista.

Logo a Redação receberá mais um exemplar da mais profícua produção intelectual da esquerda brasileira: os abaixo-assinados.” Edmar Damasceno Fonseca (Belo Horizonte, MG) (*FSP* 21/02/2009).

Temos acima, aparentemente, uma carta contra e outra a favor, que compunham o tema “Ditadura” no *Painel do Leitor* de 21/02/2009. Na ocasião, o debate contou com quatro cartas contra e três a favor. Na carta número 1, detectamos o acionamento de algumas cenas validadas, mas vamos ressaltar três: a primeira apresenta o jornal crítico que serve de oposição aos desmandos de um regime ditatorial. A segunda cena diz respeito à falha técnica que normalmente vemos em televisão nos telejornais, ou seja, ao propor a possibilidade de um ato falho, atualiza essa cena de falha técnica do jornal e, por fim, a cena de um jornal que se coloca a favor e auxilia o regime ditatorial no controle e manipulação do povo. Todas essas cenas são validadas socialmente, pois são experiências do mundo pelas quais os leitores possivelmente têm ou já tiveram contato. Tais cenas, portanto, tem a função de legitimar o próprio enunciado e a cenografia em que se encaixa.

Ainda é preciso explicar, porque optamos por dizer, no parágrafo anterior, que temos uma carta *aparentemente* a favor e outra contra. A mobilização de tais cenas também serve de recurso persuasivo, ou seja, a *FSP* como enunciadora de um debate político sobre ditadura é que aciona trechos de cartas para construção desse enunciado, portanto de uma forma que atenda os seus interesses. Percebemos, assim, que a carta 1 é contra a *FSP*, mas nem tanto, pois, ao acionar a cena de ato falho e cena de jornal como instrumento da ditadura, a carta apresenta uma dúvida em relação às duas possibilidades, sem se posicionar. Além disso, a cena de jornal crítico à ditadura se mantém; logo, a atitude de utilização do termo “ditabranda” configura-se como um deslize.

Na carta 2, a cena validada é colocada como repulsiva. O leitor escritor da carta aciona a cena da militância intelectual esquerdista que tem como instrumento de protesto o abaixo-assinado, mas colocado como a única produção que eles são capazes de fazer. Como consequência da cena, a imagem dos professores aos quais o leitor se refere fica desqualificada. Constroi-se, assim, aquele mesmo processo de desqualificação dos argumentos pela desqualificação das pessoas que os utilizam.

Considerações Finais

Este trabalho se propôs a mostrar que a cena englobante e a cena genérica são componentes da cena enunciativa, mas que são colocadas em segundo plano por uma cenografia mobilizada na construção dos enunciados. Pudemos detectar que a cena genérica *carta do leitor*, ao ser utilizada no interior do *Painel do Leitor* na *FSP*, se reorganiza por meio da cenografia de debate político. Isso ocorre, pois esse jornal, como é comum no discurso jornalístico, lança mão de estratégias linguístico-discursivas para poder envolver o leitor de forma que possa levá-lo a construir efeitos de sentidos próximos àqueles intencionados pela *FSP*.

No caso específico de nosso *corpus* de análise, levantamos as marcas ligadas à cenografia de *debate político* a serviço da manutenção da ideia de que, no Brasil, no período

de 1964-1985, tivemos contato não como uma ditadura, mas sim com uma “ditabranda”, que representa um regime militar não tão linha dura como se pensava antigamente. Nessa cenografia, o jornal constroi discursivamente a imagem de coordenador do debate, tema do debate e, ainda, o debatedor, juntamente com os leitores escritores das cartas. Ainda insere como co-enunciador o terceiro invisível que são os demais leitores.

Nessa dimensão, as cenas validadas que têm por função auxiliar na legitimação da cenografia são mobilizadas de forma que possam servir de argumentos para a própria *FSP*, constituindo, dessa forma, como recursos retóricos que defendem um ponto de vista. Nossa pesquisa abre a possibilidade de se estudar outras formas de utilização da cenografia como recurso estratégico no texto jornalístico para que possa, ao mesmo tempo em que constroi discursivamente os fatos, envolver o interesse do leitor, assim como fazer circular efeitos de sentidos que possam se harmonizar com os posicionamentos políticos do jornal-empresa.

ABSTRACT: This paper has the purpose of showing how scenography becomes a strategy of discussion and relating the reader to the newspaper articles. It is inserted in the referred studies to the Speech Analyses and search from Maingueneau's works (1997, 2008) the methodological procedures for the analyses of scene's enunciation. It is used the gender type of letter from readers and it was detected that the generic scene was left behind while the political debate scenography was brought up. For that, were selected pieces of letters from readers that were able to bring to the debate scenes socially accepted that could also contribute to the line of thinking in the journalistic business.

Keywords: scenography; journalistic speech; enunciation.

Referências Bibliográficas

BEZERRA, Maria Auxiliadora. Por que cartas do leitor na sala de aula. In. DIONÍSIO, A., MACHADO, A. R. e BEZERRA, M. A. (Orgs.) *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

LIPPMANN, W. Esteriótipos. In: ROSENBERG, B. *Cultura de Massa*. São Paulo: Cultrix, 1973.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2005.

_____, *Discurso literário*. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. *Cenas da enunciação*. São Paulo: Parábola, 2008.

**Limites a Chávez
Apesar da vitória eleitoral do
caudilho venezuelano, oposição ativa
e crise do petróleo vão dificultar
perpetuação no poder**

O ROLO compressor do bonapartismo chavista destruiu mais um pilar do sistema de pesos e contrapesos que caracteriza a democracia. Na

Venezuela, os governantes, a começar do presidente da República, estão autorizados a concorrer a quantas reeleições seguidas desejarem.

Hugo Chávez venceu o referendo de domingo, a segunda tentativa de dinamitar os limites a sua permanência no poder. Como na consulta do final de 2007, a votação de anteontem revelou um país dividido. Desta vez, contudo, a discreta maioria (54,9%) favoreceu o projeto presidencial de aproximar-se do recorde de mando do ditador Fidel Castro.

Outra diferença em relação ao referendo de 2007 é que Chávez, agora vitorioso, não está disposto a reapresentar a consulta popular. Agiria desse modo apenas em caso de nova derrota.

Tamanha margem de arbítrio para manipular as regras do jogo é típica de regimes autoritários compelidos a satisfazer o público doméstico, e o externo, com certo nível de competição eleitoral.

Mas, se as chamadas "ditabrandas" - caso do Brasil entre 1964 e 1985- partiam de uma ruptura institucional e depois preservavam ou instituía formas controladas de disputa política e acesso à Justiça-, o novo autoritarismo latino-americano, inaugurado por

Alberto Fujimori no Peru, faz o caminho inverso. O líder eleito mina as instituições e os controles democráticos por dentro, paulatinamente.

Em dez anos de poder, Hugo Chávez submeteu, pouco a pouco, o Legislativo e o Judiciário aos desígnios da Presidência. Fechou o círculo de mando ao impor-se à PDVSA, a gigante estatal do petróleo.

A inabilidade inicial da oposição, que em 2002 patrocinou um golpe de Estado fracassado contra Chávez e depois boicotou eleições, abriu caminho para a marcha autoritária; as receitas extraordinárias do petróleo a impulsionaram. Como num populismo de manual, o dinheiro fluiu copiosamente para as ações sociais do presidente, garantindo-lhe a base de sustentação.

Nada de novo, porém, foi produzido na economia da Venezuela, tampouco na sua teia de instituições políticas; Chávez apenas a fragilizou ao concentrar poder. A política e a economia naquele país continuam simplórias -e expostas às oscilações cíclicas do preço do petróleo. O parasitismo exercido por Chávez nas finanças do petróleo e do Estado foi tão profundo que a inflação disparou na Venezuela antes mesmo da vertiginosa inversão no preço do combustível. Com a reviravolta na cotação, restam ao governo populista poucos recursos para evitar uma queda sensível e rápida no nível de consumo dos venezuelanos. Nesse contexto, e diante de uma oposição revigorada e ativa, é provável que o conforto de Hugo Chávez diminua bastante daqui para a frente, a despeito da vitória de domingo.

Ditadura

"Golpe de Estado dado por militares derrubando um governo eleito democraticamente, cassação de representantes eleitos pelo povo, fechamento do Congresso, cancelamento de eleições, cassação e exílio de professores universitários, suspensão do instituto do habeas corpus, tortura e morte de dezenas, quiçá de centenas, de opositores que não se opunham ao regime pelas armas (Vladimir Herzog, Manuel Fiel Filho, por exemplo) e tantos outros muitos desmandos e violações do Estado de Direito.

Li no editorial da **Folha** de hoje que isso consta entre "as chamadas ditabrandas -caso do Brasil entre 1964 e 1985" (sic). Termo este que jamais havia visto ser usado.

A partir de que ponto uma "ditabranda", um neologismo detestável e inverídico, vira o que de fato é? Quantos mortos, quantos desaparecidos e quantos expatriados são necessários para uma "ditabranda" ser chamada de ditadura? O que acontece com este jornal?

É a "novilíngua"?

Lamentável, mas profundamente lamentável mesmo, especialmente para quem viveu e enterrou seus mortos naqueles anos de chumbo.

É um tapa na cara da história da nação e uma vergonha para este diário."

SERGIO PINHEIRO LOPES (São Paulo, SP)

Nota da Redação - Na comparação com outros regimes instalados na região no período, a ditadura brasileira apresentou níveis baixos de violência política e institucional. (Painel do leitor, Folha de S. Paulo, 19/02/2009)

Ditadura

"Lamentável o uso da palavra "ditabranda" no editorial "Limites a Chávez" (**Opinião**, 17/2) e vergonhosa a Nota da Redação à manifestação do leitor Sérgio Pinheiro Lopes ("Painel do Leitor", ontem). Quer dizer que a violência política e institucional da ditadura brasileira foi em nível "comparativamente baixo"? Que palhaçada é essa? Quanto de violência é admissível? No grande "Julgamento em Nuremberg" (1961), o personagem de Spencer Tracy diz ao juiz nazista que alegava que não sabia que o horror havia atingido o nível que atingira: "Isso aconteceu quando você condenou à morte o primeiro homem que você sabia que era inocente". A **Folha** deveria ter vergonha em relativizar a violência. Será que não é por isso que ela se manifesta de forma cada vez maior nos estádios, nas universidades e nas ruas?"

MAURICIO CIDADE BROGGIATO (Rio Grande, RS)

"Inacreditável. A Redação da **Folha** inventou um ditadômetro, que mede o grau de violência de um período de exceção. Funciona assim: se o redator foi ou teve vítimas envolvidas, será ditadura; se o contrário, será ditabranda. Nos dois casos, todos nós seremos burros."

LUIZ SERENINI PRADO (Goiânia, GO)

"Com certeza o leitor Sérgio Pinheiro Lopes não entendeu o neologismo "ditabranda", pois se referia ao regime militar que não colocou ninguém no "paredón" nem sacrificou com pena de morte intelectuais, artistas e políticos, como fazem as verdadeiras ditaduras. Quando muito, foram exilados e prosperaram no estrangeiro, socorridos por companheiros de esquerda ou por seus próprios méritos. Tivemos uma ditadura à brasileira, com troca de presidentes, que não vergaram uniforme

e colocaram terno e gravata, alçando o país a ser a oitava economia do mundo, onde a violência não existia na rua, ameaçando a todos, indistintamente, como hoje. Só sofreu quem cometeu crimes contra o regime e contra a pessoa humana, por provocação, roubo, sequestro e justificações. O senhor Pinheiro deveria agradecer aos militares e civis que salvaram a nação da outra ditadura, que não seria a "ditabranda"."

PAULO MARCOS G. LUSTOZA, capitão-de-mar-e-guerra reformado (Rio de Janeiro, RJ)

"Mas o que é isso? Que infâmia é essa de chamar os anos terríveis da repressão de "ditabranda"? Quando se trata de violação de direitos humanos, a medida é uma só: a dignidade de cada um e de todos, sem comparar "importâncias" e estatísticas. Pelo mesmo critério do editorial da Folha, poderíamos dizer que a escravidão no Brasil foi "doce" se comparada com a de outros países, porque aqui a casa-grande estabelecia laços íntimos com a senzala -que horror!"

MARIA VICTORIA DE MESQUITA BENEVIDES, professora da Faculdade de Educação da USP (São Paulo, SP)

"O leitor Sérgio Pinheiro Lopes tem carradas de razão. O autor do vergonhoso editorial de 17 de fevereiro, bem como o diretor que o aprovou, deveriam ser condenados a ficar de joelhos em praça pública e pedir perdão ao povo brasileiro, cuja dignidade foi descaradamente enxovalhada. Podemos brincar com tudo, menos com o respeito devido à pessoa humana."

FÁBIO KONDER COMPARATO, professor universitário aposentado e advogado (São Paulo, SP)

Nota da Redação - A **Folha** respeita a opinião de leitores que discordam da qualificação aplicada em editorial ao regime militar brasileiro e publica

algumas dessas manifestações acima. Quanto aos professores Comparato e Benevides, figuras públicas que até hoje não expressaram repúdio a ditaduras de

esquerda, como aquela ainda vigente em Cuba, sua "indignação" é obviamente cínica e mentirosa. (Painel do Leitor, Folha de S. Paulo, 20/02/2009

Ditadura

"Há anos a linha da Folha tem sido crítica às ditaduras, especialmente à nossa. Fiquei na dúvida se o termo "ditabranda" (editorial "Limites a Chávez", 17/2) foi ato falho ou se é mesmo defesa do regime que foi de Castelo a Figueiredo. Nossos torturadores justificavam a nossa ditadura acusando a dos outros."

JOEL RUFINO DOS SANTOS (Rio de Janeiro, RJ)

"Li as diversas manifestações sobre a ditadura no Brasil. Todas têm alguma validade, mas o que mais me chamou a atenção foi que a mensagem mais inteligente, mais holística, com menor conteúdo de raiva e de ódio veio exatamente de um militar (senhor Paulo Lustoza). Esperava-se que professores catedráticos tivessem um olhar mais colorido, capaz de reconhecer todas as matizes de um regime autoritário, e que o militar fosse mais branco e preto. Mas só o senhor Lustoza foi capaz de reconhecer que a nossa ditadura foi muito diferente das ditaduras de Fidel, de Stálin, de Hitler ou de Mao. Aqui não houve culto a personalidade, embora tenha havido violência e injustiças. Aqui não houve milhões de mortos nem fuga em massa para o exterior. Todos esses regimes se enquadram na definição de ditadura, mas as cores e a profundidade da falta de liberdade foram completamente diferentes."

CARLOS EDUARDO CUNHA (São Paulo, SP)

"Qualificar a ditadura militar de "ditabranda" é insuportável.

Assassinatos, perseguições, torturas, prisões iníquas, suicídios forjados e execuções sumárias foram crimes praticados naquela época por agentes do Estado. A relativização da perversidade desses crimes produz impacto aterrador. Os professores Fábio Comparato e Maria Victoria Benevides merecem o

respeito e a gratidão do povo brasileiro pela luta pertinaz em defesa dos direitos humanos. Repudiamos com veemência os termos horríveis da resposta dada a eles neste "Painel" ontem."

GOFFREDO DA SILVA TELLES JÚNIOR, professor emérito da USP, e **MARIA EUGENIA RAPOSO DA SILVA TELLES**, advogada (São paulo, SP)

"Ao chamar de "cínica e mentirosa" a "indignação" manifestada pelos professores Benevides e Comparato, a Folha ("Painel do Leitor", ontem) foi no mínimo deselegante. Não soube lidar com as críticas. Concorde-se ou não com os professores, ambos utilizaram artifícios retóricos parecidos aos que a **Folha** recorreu para falar de Hugo Chávez no editorial de 17/2. Valeria também o cínico e mentiroso para o editorial?"

NONATO VIEGAS, jornalista (Duque de Caxias, RJ)

"Esta **Folha** entornou de vez o caldo. No lugar da autocrítica pela malfadada expressão utilizada no editorial de 17/2, de evidentes prejuízos para a cultura democrática, achou por bem agora atacar, de modo presunçoso, intelectuais brasileiros de inestimáveis serviços à crítica e superação do regime autoritário aberto em 1964."

MARCOS AURÉLIO DA SILVA, professor do Departamento de Geociências da UFSC (Florianópolis, SC)

"A referência do editorial à ditadura brasileira como "ditabranda" não representou uma defesa ou tentativa de relativizar o período e, em seu contexto, deixa claro o caráter negativo de qualquer regime de exceção. Mas foi lamentável a forma como a **Folha** lidou com os protestos dos leitores. Em vez de aproveitar a oportunidade para reiterar o seu compromisso com as instituições democráticas e repudiar qualquer forma de autoritarismo, o

jornal adotou uma posição defensiva, ambígua e evasiva, indigna do maior jornal do país. Particularmente inapropriado foi usar este espaço para atacar em nível pessoal dois professores universitários, rebaixando-se ao nível de um tabloide de aluguel e manchando a tradição de imparcialidade e a atitude profissional esperada pelos leitores. O que poderia ter sido um episódio menor vai ser lembrado na história da Folha como a semana infeliz em que o jornal usou seu espaço para hostilizar seus leitores."

FELIPE DE AMORIM (Santo André, SP)

"Em relação à "Nota da Redação" em resposta às cartas do senhor Comparato e da senhora Benevides, advirto a **Folha** de que, apesar de correta, a referida nota despertará a fúria da militância esquerdista. Logo a Redação receberá mais um exemplar da mais profícua produção intelectual da esquerda brasileira: os abaixo-assinados."

EDMAR DAMASCENO FONSECA
(Belo Horizonte, MG)

(Painel do Leitor, Folha de S. Paulo, 21/02/2009).